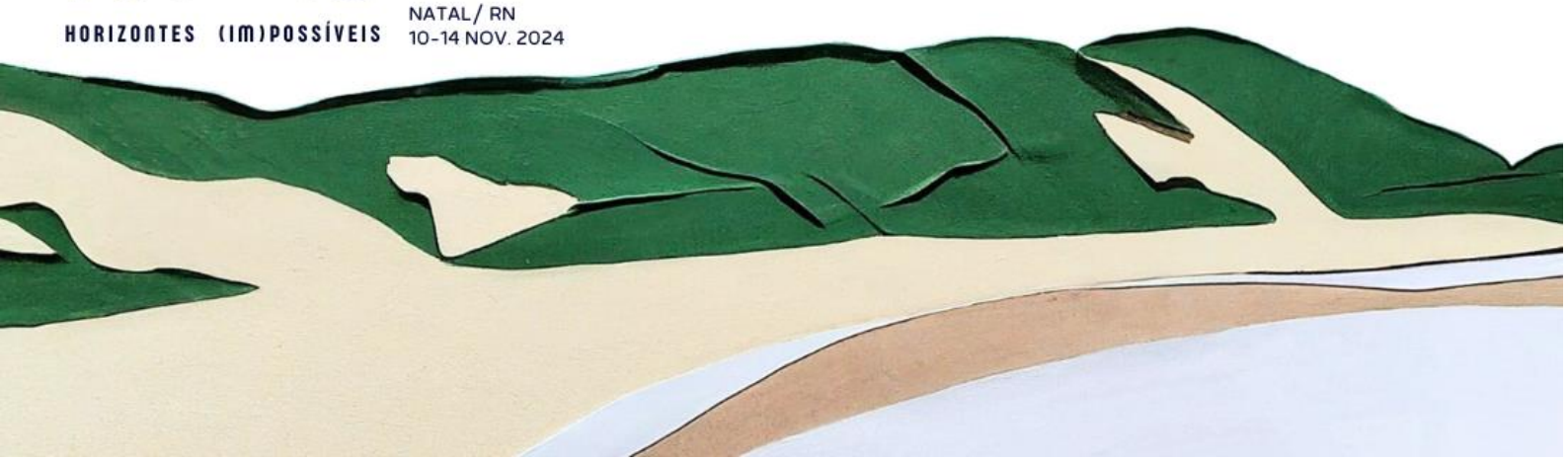
18 SHCU
SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO
HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS
NATAL/ RN
10-14 NOV. 2024



OS LIMITES DA CONSERVAÇÃO: A (NÃO) INSERÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL POPULAR DOS BAIRROS CENTRO E SÃO BENEDITO NO PATRIMÔNIO CULTURAL INSTITUCIONALIZADO EM PAU DOS FERROS/RN

EIXO TEMÁTICO: "OUTRAS" HISTÓRIAS

SOUSA, Pedro Rafael Vidal de Queiroz
Arquiteto e urbanista; mestrando, PPGAU UFRN
pedro.vidal.014@ufrn.edu.br
NASCIMENTO, José Clewton do
Doutor, Professor Associado, DARQ-PPGAU UFRN
jotaclewton@gmail.com

RESUMO

Tomando como pressuposto que o patrimônio cultural é fruto de uma escolha baseada na articulação de valores atribuídos aos bens que pode levar a proteção de determinados bens em detrimento de outros, buscaremos neste artigo investigar as relações entre a institucionalização de um patrimônio cultural edificado e a inserção, ou não, de bens de caráter popular nele, tomando como universo de estudo a cidade de Pau dos Ferros/RN. Nosso objetivo é portanto discutir a definição do universo do patrimônio cultural institucionalizado em Pau dos Ferros, no que tange a inclusão (ou não) dos espaços de caráter popular da cidade como espaços patrimoniais. Com base na revisão bibliográfica realizada e na análise de materiais que debatem a questão patrimonial em Pau dos Ferros, notamos que o patrimônio institucionalizado da cidade tende a fazer uma seleção muito restrita de bens, excluindo em boa parte os conjuntos de caráter popular. nota-se também alguns exemplo de bens protegidos que evidenciam uma certa contradição nos critérios de seleção, visto que eles estão ao mesmo tempo ligados a importantes fatos históricos e a "outras" histórias, tendo uma forte inserção no cotidiano local, entretanto os conjuntos historicamente associados a esses bens não são considerados na legislação que define o patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural edificado; conjuntos de caráter popular; subjetividade; seleção de bens de valor histórico e cultural.

ABSTRACT

Taking as an assumption that cultural heritage is the result of a choice based on the articulation of values attributed to assets that can lead to the protection of certain assets to the detriment of others, in this article we will seek to investigate the relationships between the institutionalization of a built cultural heritage and the insertion , or not, of assets of a popular nature in it, taking the city of Pau dos Ferros/RN as the study universe. Our objective is therefore to discuss the definition of the universe of institutionalized cultural heritage in Pau dos Ferros, regarding the inclusion (or not) of the city's popular spaces as heritage spaces. Based on the literature review carried out and the analysis of materials that debate the heritage issue in Pau dos Ferros, we noticed that the city's institutionalized heritage tends to make a very restricted selection of assets, largely excluding groups of a popular nature. It is also possible to note some examples of protected assets that show a certain contradiction in the selection criteria, since they are at the same time linked to important historical facts and “other” stories, having a strong insertion in local daily life, however the historically associated with these assets are not considered in the legislation that defines heritage.

KEY-WORDS: *built cultural heritage; popular character sets; subjectivity; selection of assets of historical and cultural values.*

RESUMEN

Tomando como supuesto que el patrimonio cultural es el resultado de una elección basada en la articulación de valores atribuidos a bienes que pueden conducir a la protección de ciertos bienes en detrimento de otros, en este artículo buscaremos investigar las relaciones entre la institucionalización de un patrimonio cultural construido y la inserción, o no, de bienes de carácter popular en él, tomando como universo de estudio la ciudad de Pau dos Ferros/RN. Nuestro objetivo es, por tanto, discutir la definición del universo del patrimonio cultural institucionalizado en Pau dos Ferros, en cuanto a la inclusión (o no) de los espacios populares de la ciudad como espacios patrimoniales. A partir de la revisión bibliográfica realizada y del análisis de materiales que debaten la cuestión patrimonial en Pau dos Ferros, observamos que el patrimonio institucionalizado de la ciudad tiende a realizar una selección de bienes muy restringida, excluyendo en gran medida a grupos de carácter popular. También es posible señalar algunos ejemplos de bienes protegidos que muestran cierta contradicción en los criterios de selección, ya que están al mismo tiempo vinculados a hechos históricos importantes y a “otras” historias, teniendo una fuerte inserción en la vida cotidiana local, sin embargo la históricamente asociados a estos bienes no son considerados en la legislación que define patrimonio.

PALABRAS CLAVE: *patrimonio cultural construido; conjuntos de carácter populares; subjetividad; selección de bienes de valor histórico y cultural.*

INTRODUÇÃO

É notável como o campo do patrimônio cultural passou por modificações ao longo de sua história que levaram a uma ampliação, e mesmo a um deslocamento do próprio conceito, como aponta Castriota (2009, p. 84-89) ao afirmar que a ideia de de patrimônio arquitetônico, por exemplo, era inicialmente bastante restrita e delimitada, sendo normalmente entendida enquanto uma espécie de coleção de objetos antigos e dignos de preservação por suas características de excepcionalidade, as quais se atribuiam valores históricos e/ou estéticos. Segundo o autor, esta visão passa, aos poucos, a abranger uma gama de fenômenos mais ampla, tendendo a tocar a própria gestão do espaço como um todo.

Entretanto, em uma obra mais recente, o mesmo autor ressalta que as decisões sobre o que se conservar e como conservar tomam sempre como base uma "articulação de valores", seja de forma implícita ou explícita, sendo assim, mesmo com a larga visão de patrimônio que se tem atualmente, a construção de políticas patrimoniais passará normalmente por um processo de escolhas no qual "para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade". (Castriota, 2022, p. 67)

É nesse sentido que Gonçalves (2009) propõe que analisemos os patrimônios culturais enquanto espécies de discursos que podem seguir uma narrativa da monumentalidade ou do cotidiano, nas quais tende-se, no primeiro caso, a uma idealização do passado através da ideia de "tradição" e a uma relação restrita entre o patrimônio e a vida cotidiana, ou a uma maior valorização do presente e das tradições enquanto elementos em constante construção e transmissão através das experiências individuais e coletivas.

Desse modo, a partir de uma visão alargada de patrimônio, poderíamos incluir em políticas de proteção os conjuntos arquitetônicos de caráter popular, ou seja, aqueles fora dos parâmetros de excepcionalidade e monumentalidade. No entanto, na prática essa decisão dependerá, como já indicamos, da articulação de valores e da própria visão de patrimônio daqueles que participam desse processo.

Nesse sentido, pensando no contexto de cidades cujos sítios históricos se enquadram muito mais em aspectos não monumentais, e buscando articular as discussões do eixo temático "'outras' histórias?" com os demais, nós investigaremos a relação entre o patrimônio institucionalizado e os conjuntos arquitetônicos de caráter popular, e tomando como universo os bairros Centro e São Benedito, da sede do Município de Pau dos Ferros, localizada na região do Alto Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, buscaremos responder se patrimônio cultural institucionalizado nesta cidade considera os conjuntos históricos edificados de caráter popular dos dois bairros. O objetivo deste artigo é, portanto, discutir a definição do universo do patrimônio cultural institucionalizado em Pau dos Ferros, no que tange a inclusão (ou não) dos espaços de caráter popular da cidade como espaços patrimoniais. Neste artigo, concentramos nossos esforços na discussão em torno do patrimônio cultural edificado, abordando o patrimônio imaterial somente de forma panorâmica, quando for necessário.

A escolha da cidade se dá justamente pelas características dos seus conjuntos arquitetônicos de valor histórico, e os bairros selecionados são aqueles que possuem bens legalmente reconhecidos enquanto patrimônio cultural pela municipalidade e estudos que exploram a dimensão patrimonial dos bairros, suas características e fragilidades. Além disso, destacamos o contexto atual que a cidade vivencia, em que diversas intervenções no conjunto edificado vem afetando, com maior ou menor impacto, os bens de valor histórico e cultural, incluindo até mesmo os bens protegidos.

O artigo está estruturado em três etapas: na primeira, a fim de construir uma base teórica para as discussões que ocorrerão, faremos uma revisão bibliográfica que abordará a visão alargada de patrimônio cultural que se dissemina atualmente bem como o caráter subjetivo do processo de valoração que pode levar a inclusão ou exclusão de determinados bens. Em seguida apresentaremos um panorama do desenvolvimento histórico dos bairros buscando evidenciar os elementos de caráter popular que contribuíram para suas formações e que permanecem presentes. E por fim apresentaremos a legislação que define o patrimônio institucionalizado da cidade, e com base nos diálogos estabelecidos discutiremos a inserção ou não dos conjuntos de caráter popular.

A VISÃO ALARGADA DE PATRIMÔNIO E A CRÍTICA À OBJETIVIDADE

Conforme indicamos, o campo do patrimônio cultural passou por diversas modificações ao longo da história que levaram a ampliá-lo cada vez mais. Como indica o pesquisador Leonardo Barci Castriota em seu livro "patrimônio cultural - conceitos, políticas, instrumentos" de 2009, no que tange o patrimônio arquitetônico nota-se "uma verdadeira 'explosão' do conceito, que passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo" (Castriota, 2009, p. 84). De acordo com o autor, inicialmente o patrimônio arquitetônico era concebido enquanto uma espécie de coleção de objetos tidos como dignos de preservação por serem bens significativos do passado, reconhecidos e catalogados por especialistas normalmente pelo crivo da excepcionalidade do bem em questão, ao qual se atribuia valores históricos e/ou estéticos, enquanto que ao longo do século XX, o conceito é ampliado de modo a abranger não somente o monumento isolado, mas os conjuntos como um todo, ampliando-se também o olhar para os estilos antes desprezados como o Eclético e o Art Nouveau, e para a produção rural, vernacular e mesmo para a contemporânea, sendo os critérios estilísticos e históricos somados a outras questões como a preocupação com o entorno, a ambiência dos lugares e o significado dos bens.

O primeiro a desenvolver um estudo sobre relação entre a apreciação e proteção de obras antigas e a atribuição de valores foi o historiador austríaco Alois Riegl em sua obra "*O culto moderno dos monumentos: essência e gênese*" publicada originalmente em 1903 como parte de uma legislação para proteção do patrimônio do império Austro-Húngaro, e nela, Riegl (2022)[1] explica que os valores dos bens não são intrínsecos, mas são atribuídos por nós, sujeitos modernos, a partir de nossa relação com eles.

Os conceitos amplos de "histórico" e de "obra de arte" utilizados por Riegl (2022) seriam justamente o ponto de partida para uma compreensão mais alargada de patrimônio conforme indica Castriota (2022) ao afirmar que as obras as quais Riegl se refere em seu texto abrangem

[1] Usamos como fonte a versão traduzida por Leonardo Barci Castriota e publicada pelo mesmo em 2022 como parte de seu livro "Patrimônio e valores I a via crítica de Alois Riegl".

não somente aquelas que se enquadram num aspecto de excepcionalidade, mas sim todas as que tenham sido feitas “com um sinal para a memória ou que adquiriu uma conotação cultural com o tempo” (Castriota, 2022, p. 222) .

E se o valor se atribui, e é feito por sujeitos no/do presente, isso implica que parte essencial do significado do patrimônio cultural é construído a partir da relação entre os sujeitos e os objetos. Ou seja, o processo de valoração está intimamente ligado ao modo como os bens culturais estão inseridos nas práticas cotidianas ou na “vida cultural” dos sujeitos conforme indica Meneses (2012). O autor ressalta em um texto posterior que seria conveniente, para que se respeite o caráter social do patrimônio cultural, transferir o “excessivo e por vezes exclusivo foco de interesse nos bens (materiais ou imateriais), e no poder público, para os sujeitos” (Meneses, 2017, p.49), categorias que sequer deveriam ser entendidas separadamente.

É justamente esse processo de valoração decorrente da relação entre os sujeitos e os bens culturais que acarreta no fato de a visão ampliada de patrimônio a qual nos referimos neste trabalho nem sempre se concretizar quando pensamos no patrimônio institucionalizado, ou seja, aquele que é oficialmente reconhecido e/ou protegido em alguma instância legal. Isso se dá pois determinar a proteção de um bem ou conjunto de bens é sempre uma escolha baseada no processo de valoração, e depende portanto de quem está valorando o bem e de quem tem o poder decisão conforme destaca Castriota (2022):

> O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: em última instância é a atribuição de valor pelas comunidades ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural. Como sabemos, as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar - esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, eliminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. (Castriota, 2022, p. 66-67)

Nota-se que o patrimônio cultural não pode ser compreendido de maneira completamente objetiva. É necessário considerar a dimensão subjetiva, como indica Viñas (2021) ao elaborar sua crítica ao conceito de objetividade, afirmando que a restauração é uma atividade que se baseia no gosto tanto do momento quanto de quem conduz o processo. Ainda conforme o

autor, a subjetividade teria mais uma camada de complexidade, já que as decisões no campo do patrimônio são também fruto de uma articulação coletiva de acordos entre sujeitos, sendo portanto intersubjetiva.

Argan (2005) também critica a objetividade ao se trabalhar com a gestão de sítios históricos e enfatiza a incoerência de se considerar como "históricos" somente os núcleos originais das cidades, assumindo assim uma a-historicidade ou anti-historicidade para as áreas mais modernas. Além disso, chama atenção para o perigo de se utilizar critérios muito objetivos e rígidos para a catalogação de bens culturais, pois isso significa que tudo que estiver fora desses critérios, estará por consequência fora das políticas patrimoniais.

Assumindo a intersubjetividade, Viñas (2011) afirma que o patrimônio independe de uma valoração baseada em critérios predeterminados e invariáveis, sendo, na verdade, um produto da construção intelectual das pessoas, e fruto de uma "escolha": "O patrimônio é aquilo que os grupos ou as pessoas convencionam entender como tal, e seu valores não são algo inerente, indiscutível ou objetivo, mas algo que as pessoas projetam sobre eles. A *patrimonialidade* não provém dos objetos, mas dos sujeitos" (Viñas, 2011, p. 160). Além disso, o autor reconhece que os objetos podem cumprir funções diversas para diversas pessoas, sendo elas definidas pelos sujeitos.

Certamente essa função poderia ser a de contar uma história, ou um recorte da história, que poderia ser narrada de maneiras diferentes a depender de quem a conta, para quem, e com qual finalidade. Esse é o raciocínio que Gonçalves (2002) faz quando propõe que analisemos os patrimônios culturais enquanto categorias de discurso, não no sentido da gramática, da sintaxe e do léxico, mas sim das "visões de mundo que são parte integrante dessas linguagens e que se opõe a outras" (Gonçalves, 2022, p.111).

De acordo com o autor, os discursos do patrimônio cultural são "disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de 'identidades' e 'memórias'" (Gonçalves, 2002, p. 110) e podem estar associados a grupos dominantes e mais centrados na ideia de espiritualidade, imaterialidade, hierarquia e etiqueta, ou a grupos ligados aos estratos inferiores da sociedade e centrados predominantemente no corpo, na materialidade, na

irreverência e no riso. Gonçalves (2002) ressalta ainda que esses discursos não necessariamente são exclusivos a uma ou outra camada social, podendo haver também momentos em que eles entram em contato.

Uma das funções que patrimônio assume para Gonçalves (2002) é justamente contribuir para que se narre a história de uma determinada coletividade por serem os objetos e lugares que "testemunharam" essa história, e para o autor: "os que narram essa história ou fazem sob a autoridade da nação, ou de outra coletividade qualquer, cujas memória e identidade são materialmente representadas pelo patrimônio. O autor sugere então que se pode "interpretar os modernos discursos do patrimônio cultural como narrativas organizadas ora em torno do princípio da 'monumentalidade', ora segundo o princípio do 'cotidiano'" (Gonçalves, 2002, p. 112).

De acordo com Gonçalves (2002), Sob o ponto de vista da monumentalidade o patrimônio é aquele que faz referência a um passado glorioso e idealizado, normalmente expressando o que seria a essência da nação a qual pretende representar, o passado é hierarquicamente superior ao presente e as tradições são cristalizadas. Como exemplo prático dessa linha de pensamento podemos citar as primeiras políticas patrimoniais empregadas na Europa ocidental, mais especificamente na França a partir de 1873, quando, segundo Choay (1999), cria-se a "*Comissão dos Monumentos Históricos*" que classificava assim os bens inventariados: os ligados a antiguidade, os edifícios religiosos da idade média e os castelos, classificação que permaneceria praticamente inalterada até o fim da segunda guerra mundial, sempre derivando da história erudita da arquitetura.

Cabe também o exemplo das primeiras atuações do então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em Ouro Preto, as quais, segundo Gonçalves (2002), buscavam representar uma ideia de identidade nacional através da valorização quase exclusiva da arquitetura barroca e colonial. O tipo de bem que se enquadra nessas políticas é bastante específico, e o patrimônio é entendido como uma herança de um passado glorioso transmitido para o presente através das tradições.

Já sob o ponto de vista do cotidiano, Gonçalves (2002) indica que o patrimônio é muito mais centrado no presente, pois o passado é relativizado, existindo na verdade diversos passados, e diversos na mesma medida em que são os grupos sociais. Além disso, conforme indica o autor, o patrimônio tem um ponto de referência a "experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais em sua vida cotidiana [...] a heterogeneidade passa a ser reconhecida como uma configuração definidora da sociedade nacional." (Gonçalves, 2002, p. 119).

Com base na discussão que estamos desenvolvendo neste trabalho, podemos assumir que as experiências pessoais e coletivas as quais o autor se refere são justamente as relações entre sujeito e objeto, primordiais para o processo de valoração e construção do significado de patrimônio. Devido ao caráter *intersubjetivo* deste processo, somente se chegará a construção de políticas patrimoniais amplas, que considerem não somente dos territórios tradicionalmente tido como históricos, mas também os territórios populares e do tecido urbano ao qual eles se conectam, quando as experiências consideradas sejam de fato heterogêneas.

Com a finalidade de relacionar nossa revisão teórica acerca do patrimônio com a realidade encontrada em nosso universo de estudo, os bairros Centro e São benedito do Município de Pau dos Ferros-RN, Apresentaremos agora uma panorama do desenvolvimento histórico desses locais, destacando elementos de caráter popular que foram importantes para a formação e desenvolvimento dos bairros e que se mantêm presentes. Em seguida analisaremos como estes elementos estão inclusos ou não nas legislações que definem o patrimônio cultural do Município.

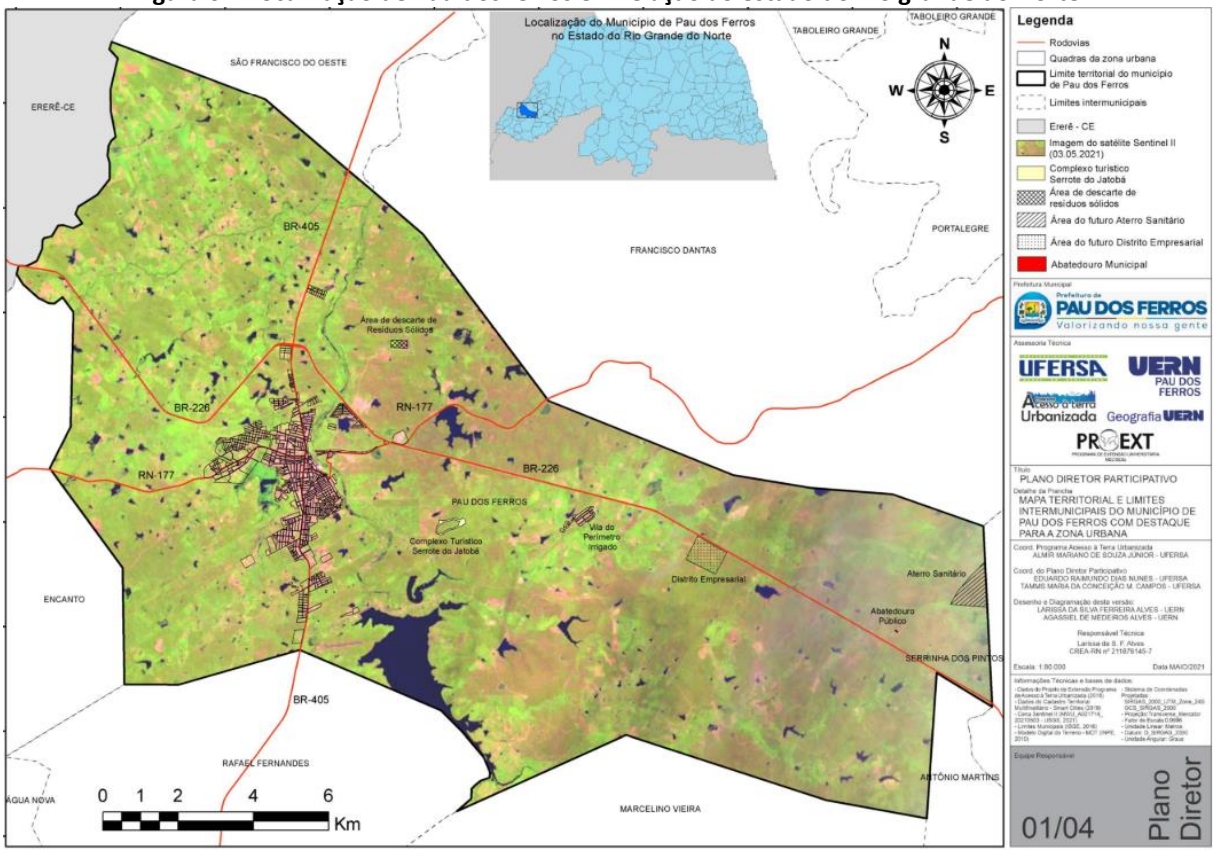
RECONHECENDO O UNIVERSO DE ESTUDO: PAU DOS FERROS E SEUS PATRIMÔNIOS.

Da formação do território à consolidação de um núcleo urbano em 1930.

O território onde hoje se localiza o Município de Pau dos Ferros está na mesorregião do Oeste potiguar, Microrregião de Pau dos Ferros, a cerca de 392 km da capital Natal. A posição do Município em relação ao Estado está ilustrada na Figura 01, e na Figura 02 podemos identificar

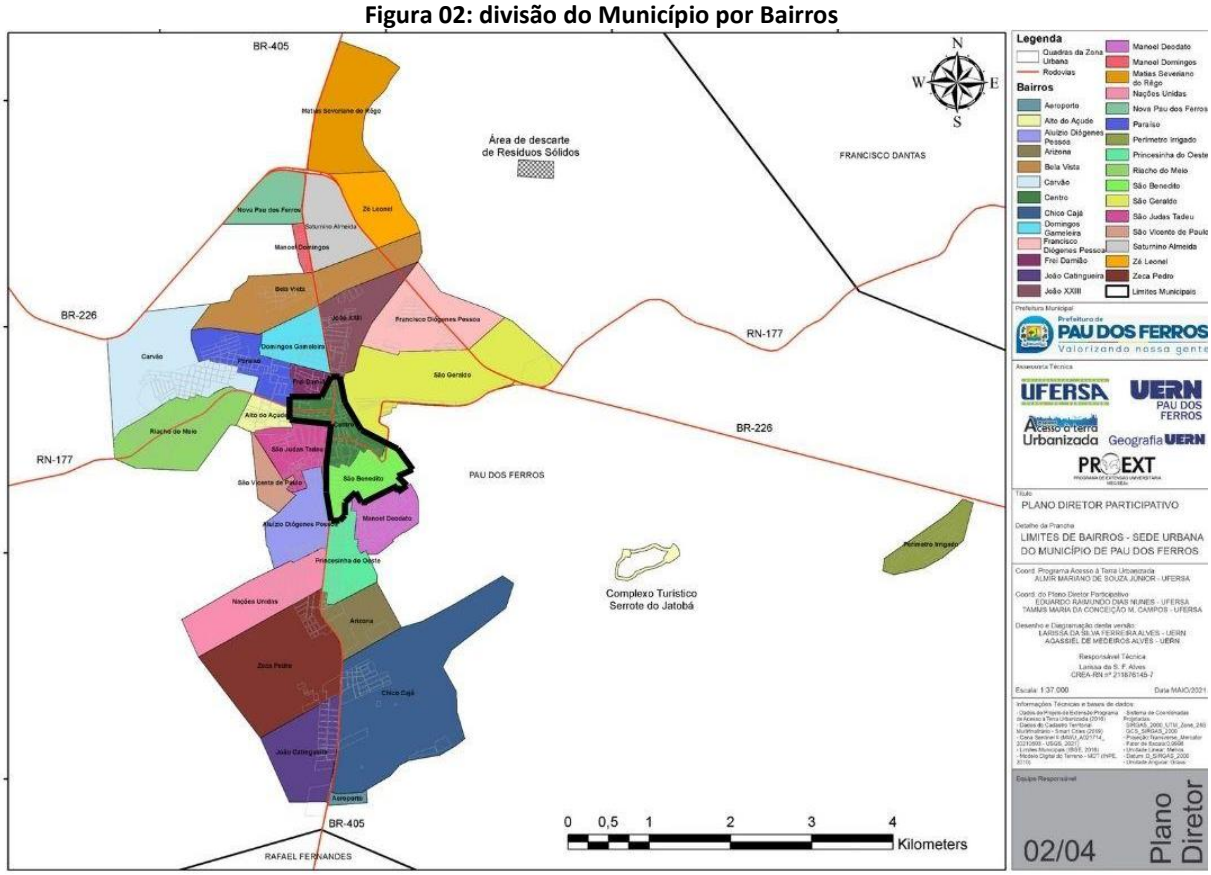
a localização dos bairros Centro, em verde escuro na região central da zona urbana, e São Benedito, em verde claro, adjacente ao Centro.

Figura 01: Localização de Pau dos ferros em relação ao estado do Rio grande do Norte



Fonte: Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros (2021)

Figura 02: divisão do Município por Bairros



Fonte: Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros (2021), editado pelo autor.

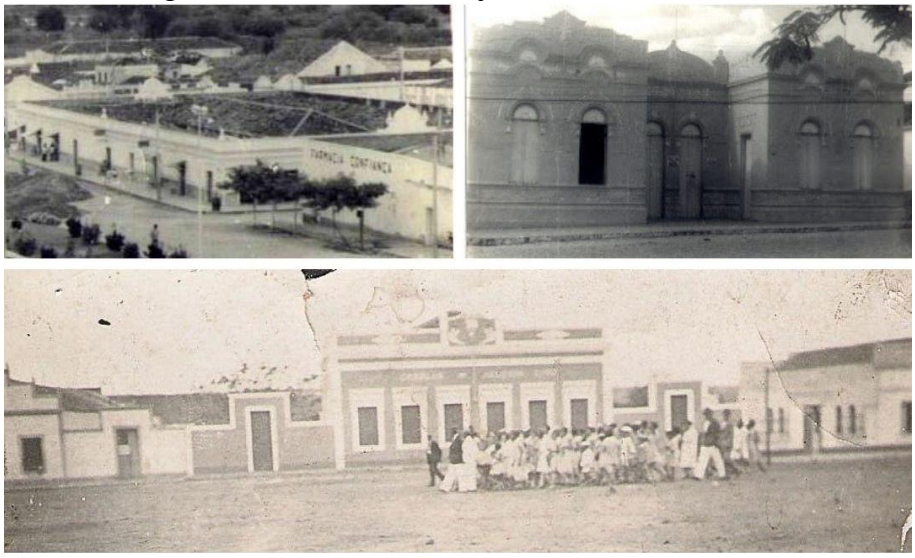
Os assentamentos que dariam origem ao Município remetem a atividade do comércio de gado, sendo os primeiros registros oficiais a conceção de data de sesmaria do local a Luiz da Rocha Pitá Deus Dará e a construção de uma fazenda de gado por Francisco de Marçal, ambos em 1733 conforme indica Lima (2015, p. 17-19). O autor indica que o comércio de gado está também ligado a origem do nome do Município:

> No local onde está situada a cidade havia uma pequena lagoa, à margem da qual crescia uma frondosa árvore. Essa lagoa servia de pouso de comboieiros, boiadeiros e vaqueiros das fazendas espalhadas na Região. Naquela árvore gravaram os vaqueiros com pontas de face os ferros ou marcas com que os fazendeiros assinavam seus gados. (Lima, 2015, p.19)

A primeira grande construção do local foi a capela erguida em 1738 e elevada à categoria de Matriz em 1756, de acordo com Lima (2015, P.19). Após um período de 100 anos é oficializada a emancipação política de Pau dos Ferros, antes atrelada ao atual Município de Portalegre, e em 1924 o local é elevado à categoria de cidade de acordo com Holanda (2011).

Segundo o autor, ainda na década de 30 do século XX a cidade apresentava um núcleo urbano muito pequeno embora de certa forma consolidado, formado por “sete ruas e três travessas, as primeiras que surgiram e deram início à formação de nossa cidade [...] a principal rua de nossa cidade, chamada Praça da Matriz, embora não existisse praça, era uma rua ampla, sem calçamento, arborizada na época do inverno com vegetação natural, muçambê e velame” (HOLANDA, 2011, p.53-57). Alguns equipamentos que cumpriam importantes funções também já estavam incorporados ao núcleo urbano nesse período, como o Mercado Público Municipal, o Grupo Escolar Joaquim Correia, e a Sede da Prefeitura Municipal, cujas construções datam respectivamente de 1907, 1910, e 1930 (Lima, 2015, p. 28-29). Na figura 03 é possível observar a arquitetura dos edifícios, com o mercado no canto superior esquerdo, a prefeitura no superior direito e o grupo escolar no canto inferior.

Figura 03: Fachada das edificações. Datas desconhecidas

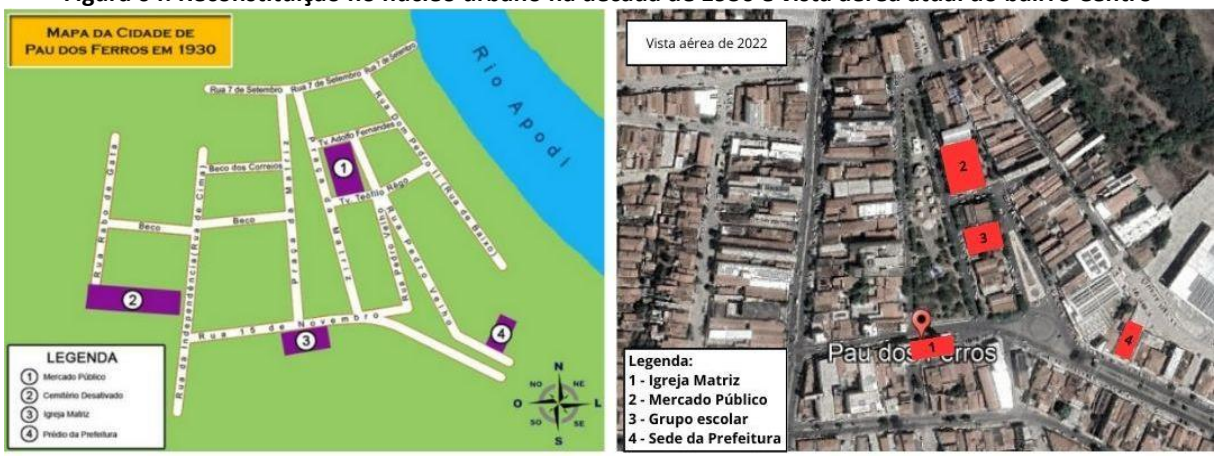


Fonte: https://culturapauferrense.blogspot.com/ e https://www.facebook.com/paudosferrosrn. Acesso em 27/06/2024. Colagem pelo autor (2022)

O mercado inicialmente foi construído para abrigar a feira, instituída inicialmente em 1871 conforme indica Lima (2015, p. 28), e lá também se realizavam as festividades juninas, além das comemorações de natal e ano novo segundo Holanda (2011). O Grupo Escolar Joaquim Correia foi a primeira instituição de ensino formal do Município, e o único na época, como afirma Holanda (2011). Já a sede da prefeitura foi feita para substituir o antigo prédio onde funcionava a câmara de vereadores e a intendência municipal (Lima, 2015, p. 29).

A Figura 04 põe lado a lado a reconstrução da configuração urbana da cidade nesse período feita por Dantas (2014), e uma atual vista aérea de parte do Bairro Centro onde se concentram parte dos equipamentos citados. A partir dela podemos verificar inicialmente que a porção do território na qual se consolida o núcleo urbano original coincide justamente com o bairro centro, além disso destaca-se o traçado organizado ao redor da Rua "Praça da Matriz" com limite na Igreja Matriz.

Figura 04: Reconstituição no núcleo urbano na década de 1930 e vista aérea atual do bairro Centro



Fonte: Dantas (2014) e Google Earth Pro, editado pelo autor (2022)

A sudeste desta área, algumas famílias ocupavam desde 1915, conforme indica Lima (2002), uma porção de terra conhecida como "alto do carrasco", coberta em boa parte por vegetação natural. Segundo a autora a maior parte delas era composta por negros que vinham de cidades vizinhas e se instalavam lá. Holanda (2011) afirma que na década de 1930 já havia algumas casas de taipa fixadas no local, o qual passa a ser conhecido como Alto de São Benedito em homenagem ao santo preto.

Primeira metade do Século XX: O cotidiano na vida urbana e as festividades do bicentenário da Paróquia e centenário de emancipação política.

Na década de 1940 destaca-se o início da estruturação do Alto de São Benedito enquanto Bairro a partir da construção da primeira rua com casas de alvenaria, 20 no total conforme afirma Holanda (2011). O autor complementa: "Outras ruas foram surgindo orientadas pela prefeitura, rápido foi seu crescimento, com a edificação de novas moradias o que motivou a mudança do nome para Bairro de São Benedito" (HOLANDA, 2011, p. 97).

A população do local possuía forte devoção ao santo patrono do bairro, o que levou a mobilizações para a construção de uma capela dedicada a ele. De acordo com Lima (2002), um popular conhecido por Raimundo do Padre é quem promove as primeiras manifestações para a construção do templo ainda em 1918, que é somente concluído em 1954 graças a um forte engajamento da comunidade. Podemos observar a fachada da capela na figura 05.

Figura 05: Fachada frontal da Capela de São Benedito, data desconhecida.

Fonte: https://culturapauferrense.blogspot.com/. Acesso em 27/06/2024

Já no centro, ocorreram algumas reformas e construções de equipamentos significativos durante essas décadas. Com base em Holanda (2011) podemos citar a reforma da antiga praça em frente ao Mercado Público, cujo coreto é derrubado para dar lugar ao Pavilhão Municipal, equipamento que dava suporte às atividades que ocorriam na nova praça, além da construção de um novo açougue localizado na região das “quatro bocas”, local descrito pelo autor como de agitada vida noturna. As descrições de Holanda (2011) e Melo (1990) sobre as características do entorno da nova praça e mercado junto às quatro bocas demonstram como esses locais estavam fortemente atrelados ao cotidiano dos moradores, sendo um local usado tanto para o lazer e descanso quanto para o trabalho com um intensa atividade comercial.

Holanda (2011) cita que no Pavilhão funcionava um bar e também a amplificadora do Município que transmitia um programa de música aos sábados com interpretações de músicas da época pelas vozes de locais. De acordo com o autor e também com Melo (1990), havia ainda outros bares e restaurantes conhecidos pelos salões de jogos com sinuca e/ou pelas comidas típicas como galinha cabidela, caças diversas, caldo de mocotó e etc, localizados nas

ruas do entorno da praça, do mercado e das quatro bocas. Podemos observar um pouco da arquitetura deste último local na Figura 06.

Figura 06: parte das edificações das "quatro bocas" durante enchente. Ano desconhecido.

Fonte: Acervo da Casa de Cultura Popular Joaquim Correia.

Neste local se instala o novo Açougue Municipal em 1954 conforme indica Rêgo (2015, p. 61), e Holanda (2011) afirma que logo a feira é transferida do interior do Mercado Público para as ruas adjacentes a ele e ao novo Açougue devido ao crescimento da mesma.

A atividade comercial que ocorria nesses locais era complementada por alguns estabelecimentos de características diversas como descreve Melo (1990), o autor cita pensões, a "Pharmácia Sertaneja" (primeira da cidade), a loja de Francisco França que vendia "tecidos, miudezas, cereais, chapéus e outras mercadorias", uma padaria, salão de bilhar e bares como exemplificado anteriormente, além de um consultório médico.

No ano de 1956 ocorrem as comemorações do bicentenário da paróquia e centenário de emancipação política sendo erguido um obelisco em homenagem as datas localizado no largo da Praça da Matriz, motivo pelo qual o local passa a ser conhecido como Largo do Centenário (Holanda, 2011). Podem ser observados na Figura 07 tanto o obelisco e o largo quanto parte da arquitetura do entorno, predominantemente eclética mas com alguns vestígios da arquitetura colonial.

Figura 07: Obelisco e "largo do centenário". Ano desconhecido.

Fonte: https://culturapauferrense.blogspot.com/. Acesso em 27/06/2024. Colagem pelo autor (2022)

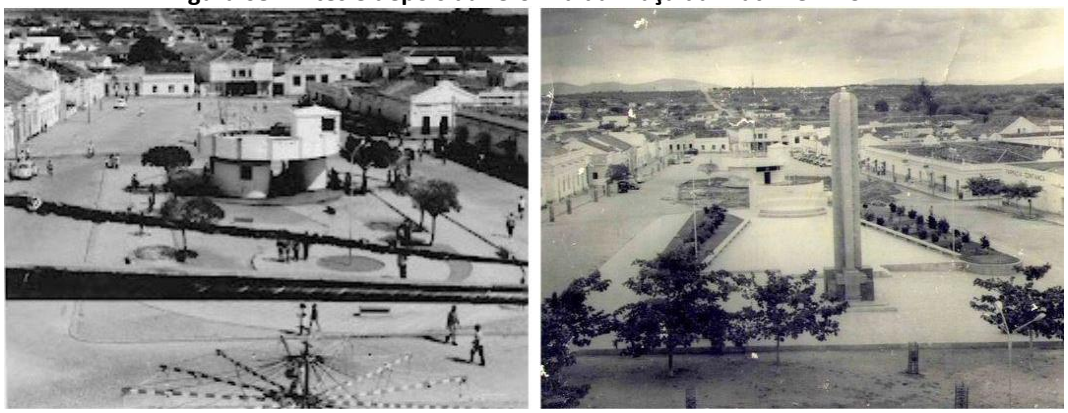
Segunda metade do século XX: expansões e a nova reforma da Praça da Matriz.

Durante a segunda metade do século o Município de Pau dos Ferros segue em expansão com o surgimento de novos bairros e conjuntos habitacionais e com a chegada de diversos equipamentos de infraestrutura urbana. No que diz respeito a nosso universo de estudo podemos citar a construção de 2 conjuntos no Bairro São benedito: "Marechal Dutra I e Marechal Dutra II com 32 unidades, e entregues em 1977, conhecidas como as casas da COHAB" (PAU DOS FERROS 1856 - 2006, 2006, p. 13).

Já no bairro centro destacamos algumas transformações ocorridas no entorno da Praça da Matriz e no próprio equipamento, como a construção de uma nova praça denominada "Praça da Juventude". As obras ocorreram durante a gestão do prefeito Pedro Diógenes (1963-1969), estando ela localizada adjacente à preexistente (Cavalcante, 2012, p. 87).

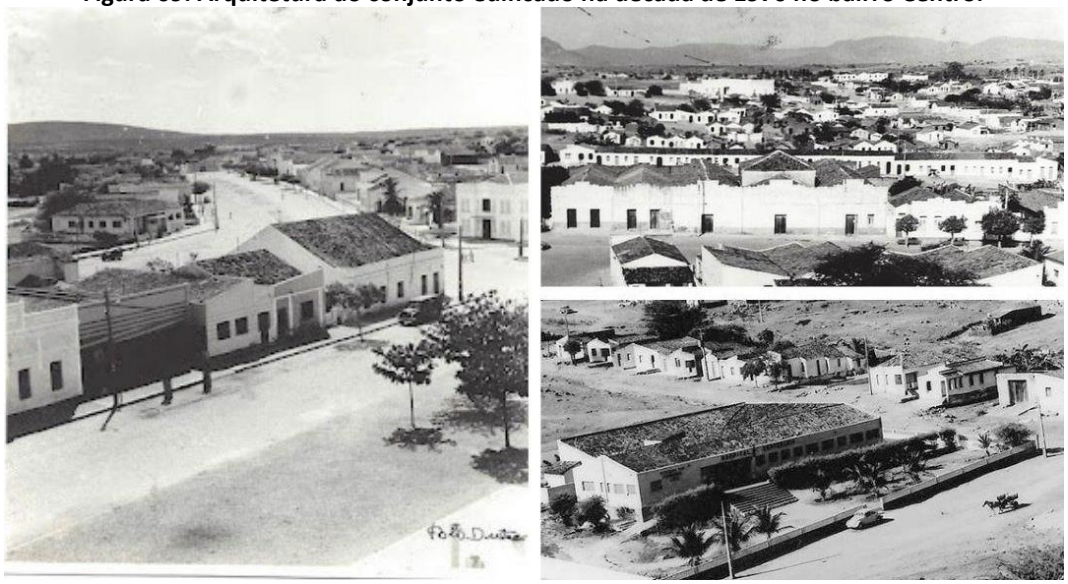
A antiga praça sofreu em 1972 mais uma reforma devido ao mau estado de conservação, conforme indica Holanda (2011). Mudou-se completamente o desenho do equipamento, que agora incorpora o Obelisco. Com Base na Figura 08 a seguir, podemos observar a mudança ocorrida, e além disso podemos notar nela e na Figura 09 a diversidade do conjunto arquitetônico que nesse ponto já havia incorporado elementos dos estilos Art Déco e modernista.

Figura 08: Antes e depois da reforma da Praça da Matriz em 1972.



Fonte: https://culturapauferrense.blogspot.com/. Acesso em 27/06/2024. Colagem pelo Autor (2024)

Figura 09: Arquitetura do conjunto edificado na década de 1970 no bairro Centro.



Fonte: https://culturapauferrense.blogspot.com/. Acesso em 27/06/2024. Colagem pelo autor (2024)

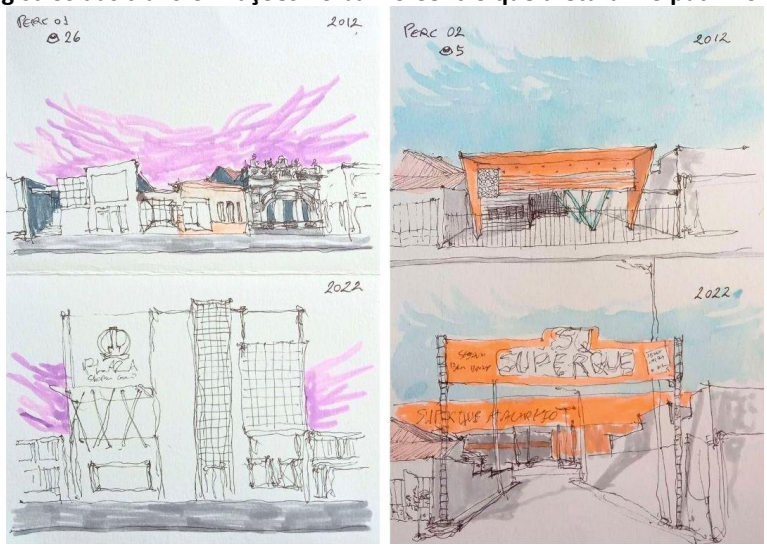
Contexto atual dos Bairros: entre mudanças e permanências

A partir da Virada para o século XXI o Município apresenta novas dinâmicas na vida urbana impulsionadas pela instalação de diversos equipamentos voltados a prestação de serviços públicos e privados, principalmente na área da saúde e educação, os quais promovem uma intensa movimentação diária de pessoas (Dantas; Clementino; França, 2015, apud Rêgo, 2019. p33). Acrescenta-se a isso o intenso dinamismo do comércio local, exemplificado pela chegada de grandes redes atacadistas e varejistas, além da construção do primeiro shopping center da região (Rêgo, 2019). Essas novas dinâmicas estão relacionadas a transformações na paisagem

urbana que impactam direta e indiretamente o patrimônio edificado, que passa por um avançado processo de descaracterização conforme aponta Olimpio et al (2020).

Com base no estudo de Sousa (2022), sabe-se que no bairro houve uma consolidação do uso comercial, inclusive entre as edificações de valor histórico e cultural, em detrimento da queda do uso residencial. Isso estaria atrelado a impactos mais significativos ao patrimônio edificado, levando de modo geral a diversas descaracterizações decorrentes de adaptações ao uso comercial. Dois casos que merecem destaque são as demolições ocasionadas para a construção do shopping center localizado em frente a Praça da Matriz, atualmente denominada "Praça Monsenhor Caminha", e para a abertura de um acesso a um supermercado atacadista. Ambos os exemplos estão ilustrados na Figura 10.

Figura 10: Registros das transformações no bairro Centro que afetaram o patrimônio edificado.



Fonte: Acervo do autor.

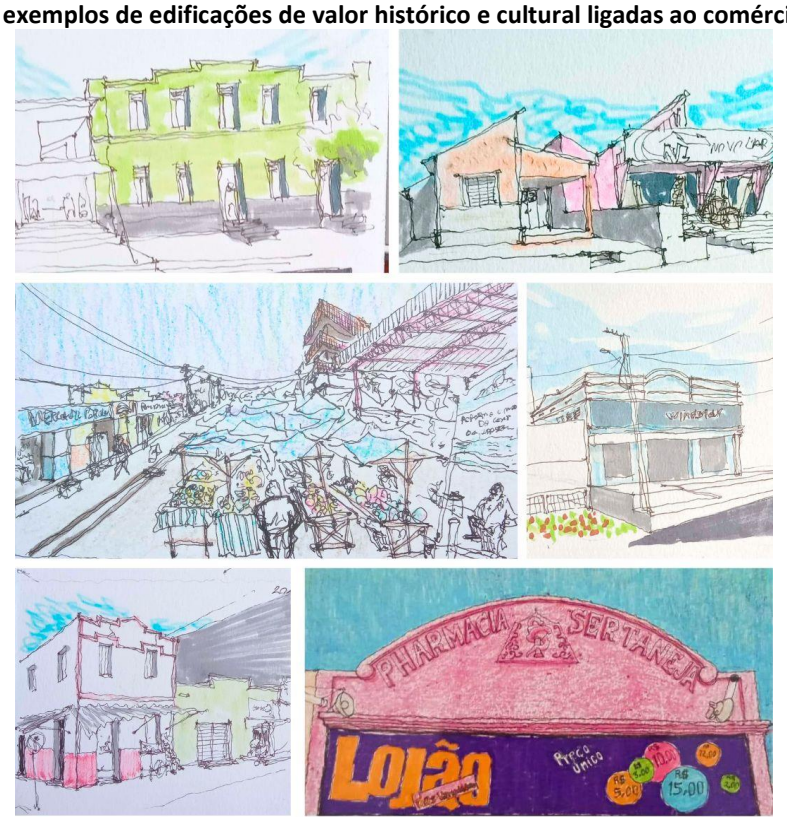
Apesar da recorrência dos casos de descaracterizações em maior ou menor escala, é possível perceber que, com base em Sousa (2022), parte do conjunto resiste em alguma medida às transformações que ocorrem no bairro. Podemos citar o Mercado Municipal, que apesar de modificado mantém sua função original; a Casa de Cultura Popular Joaquim Correia, antigo grupo escolar; todo o conjunto da Praça Matriz, também bastante modificado mas que mantém elementos como o Obelisco e o Pavilhão; além da Sede da prefeitura.

Ressaltamos também o próprio traçado urbano do local, que permanece em boa medida seguindo a lógica das ruas organizadas ao redor da praça, tendo a Igreja Matriz como um dos

limites, conforme já havíamos apontado na Figura 03. Além disso, como descrito por Neto et al (2017), a praça continua sendo um local ligado à vida cotidiana, utilizada tanto para o lazer e descanso quanto como suporte à atividade comercial que ocorre ao redor. Os autores apontam inclusive o uso do local como ponto de embarque e desembarque para moradores de cidades vizinhas que vem para Pau dos Ferros.

Entretanto, boa parte do acervo é composto por edificações mais simples atreladas principalmente ao comércio popular que ainda é bastante presente, a exemplo das edificações localizadas próximas à região das quatro bocas, que mantém em boa parte suas conexões com as práticas cotidianas voltadas ao lazer e ao comércio. Exemplos destes últimos casos citados estão ilustrados na Figura 11 a seguir.

Figura 11: exemplos de edificações de valor histórico e cultural ligadas ao comércio popular

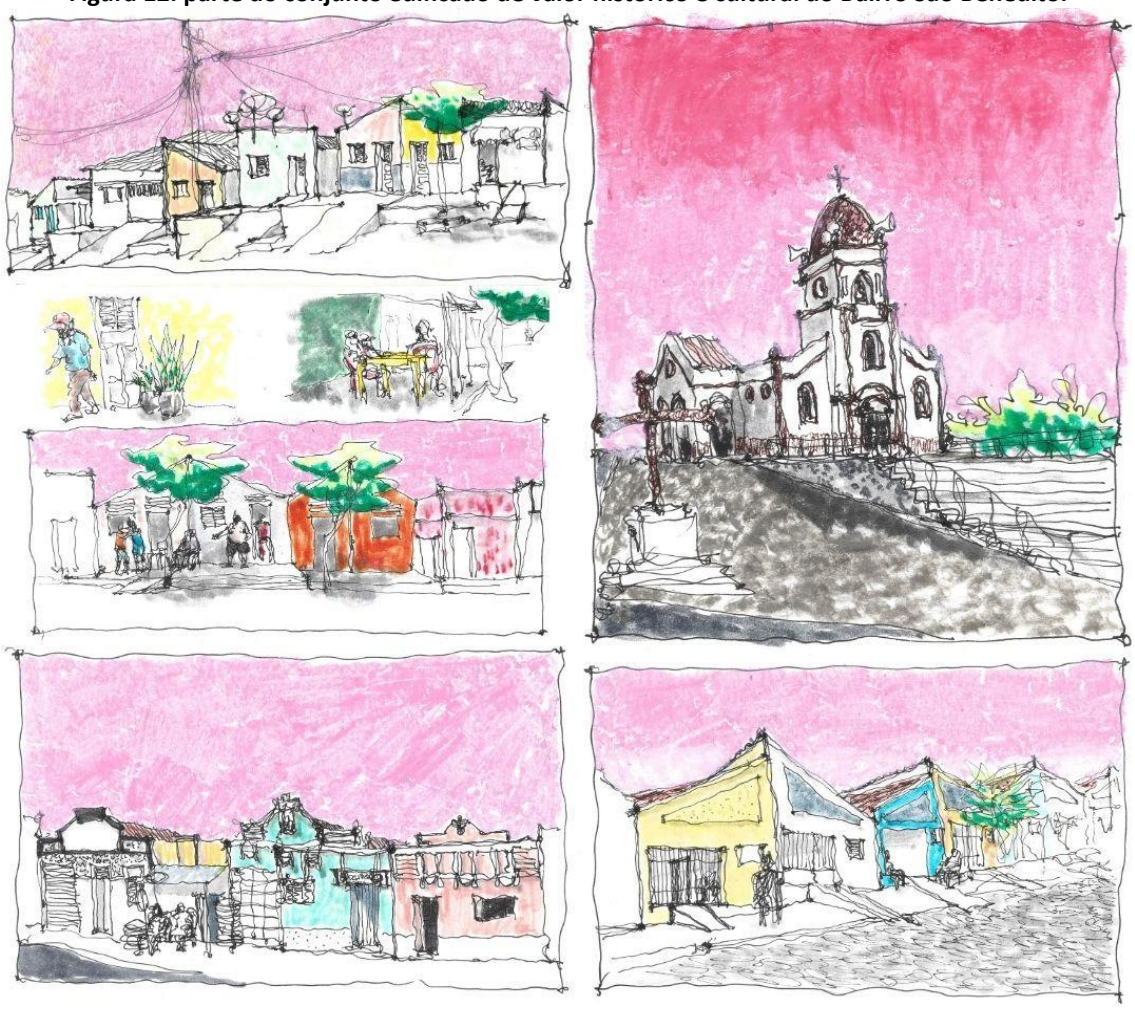


Fonte: Acervo do autor.

Em relação ao bairro de São Benedito, o que é possível notar a partir de Sousa (2022) é que houve uma permanência mais significativa do uso residencial. Tal fato pode ter levado a impactos menos significativos ao patrimônio edificado, que está atrelado principalmente ao casario que conserva em maior ou menor grau suas características arquitetônicas, com a

Capela de São Benedito permanecendo em destaque no conjunto edificado por sua localização e gabarito, entretanto percebe-se também algumas descaracterizações ou abandono de alguns exemplares do conjunto. Alguns exemplos do acervo arquitetônico de valor histórico e cultural deste bairro estão ilustrados na Figura 12.

Figura 12: parte do conjunto edificado de valor histórico e cultural do Bairro São Benedito.



Fonte: Acervo do autor.

DISCUTINDO OS LIMITES DA PRESERVAÇÃO: O PATRIMÔNIO "OFICIAL" E "INFORMAL" DOS BAIRROS.

Como podemos observar, apesar das transformações pelas quais os dois bairros passaram ao longo de sua história, especialmente nas últimas duas décadas, ambos ainda mantém um acervo de edificações de valor histórico e cultural bastante diversificado no que se refere ao estilo arquitetônico, a escala, a inserção na paisagem urbana e a função exercida pelos bens. Destacamos no bairro centro a permanência da lógica das ruas organizadas ao redor da Praça

Monsenhor Caminha, assim como importância deste equipamento para a vida cotidiana que ocorre no bairro; a preservação, em maior ou menor grau, de alguns equipamentos que foram relevantes para a consolidação e crescimento do território como Mercado Municipal, antigo Grupo Escolar Joaquim Correia e a sede da Prefeitura Municipal; e o conjunto arquitetônico de caráter popular associado principalmente ao comércio local e a feira livre. Em São Benedito observamos a predominância da arquitetura de caráter popular, mais diluída pelo bairro se comparado ao Centro, e composta principalmente pelas residências dos moradores, com destaque para a Capela por sua implantação e gabarito.

Fica clara a importância desses locais de caráter popular para a formação e desenvolvimento dos bairros. No centro, o conjunto adjacente à Igreja Matriz e Praça Monsenhor Caminha podem ser considerados a origem do núcleo urbano, e embora nesta localidade tenham se concentrado alguns equipamentos de prestígio, ou de certa forma representantes de uma arquitetura “oficial”, como a prefeitura, o Grupo Escolar e o Mercado, o bairro também abriga uma arquitetura de caráter popular que cumpria e cumpre uma importante função para o local. A própria atividade comercial do Mercado Municipal estava e ainda está diretamente atrelada ao comércio popular que ocorria ao ser redor, estendendo-se às quatro bocas onde também ocorre a feira livre.

No bairro de São Benedito a própria formação do território tem um caráter popular devido sua origem já descrita. A comunidade que ali se desenvolveu construiu de maneira coletiva sua capela dedicada ao santo que dá nome ao bairro, e ainda hoje uma parte da arquitetura de valor histórico e cultural permanece preservada, sendo possível notar também vestígios dela por elementos como a implantação geminada das casas e suas fachadas simples de “porta e janela” mesmo nas construções já muito modificadas.

Desse modo, com base em uma visão alargada de patrimônio, todos esses elementos poderiam ser considerados de valor histórico e cultural por concentrarem “os testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações” e por sua inserção nos “universos de trabalho e do cotidiano, onde se manifestam as verdadeiras expressões de uma sociedade

heterogênea e plural." (1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS, 1987, p.1)

Entretanto, como já afirmamos anterioremnte, a institucionalização de um patrimônio cultural é feita a partir de uma escolha que tende a evidenciar determinados elementos em detrimentos de outros, e em nosso universo de estudo, essa institucionalização ocorreu através de algumas leis que determinam os bens protegidos e as normas de preservação. A primeira delas foi a Lei N° 1509/2015, que determina a proteção do Obelisco; da Sede da Prefeitura; do prédio do antigo Grupo Escolar Joaquim Correia; do Mercado público Municipal e do Quartel da Polícia Militar[2]. Logo após um ano entra em vigor a Lei N° 1563/2016, que determina a proteção do Pavilhão Municipal.

Nos parágrafos introdutórios o patrimônio cultural mencionado na lei é constituído "pelos bens materiais que, pelo seu reconhecido valor próprio, considera-se como de interesse relevante para a permanência e identidade/memória da cultura pauferrense" (Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, 2015), mostrando uma visão de patrimônio mais próxima àquela que compreende o valor do bem enquanto algo intrínseco a ele.

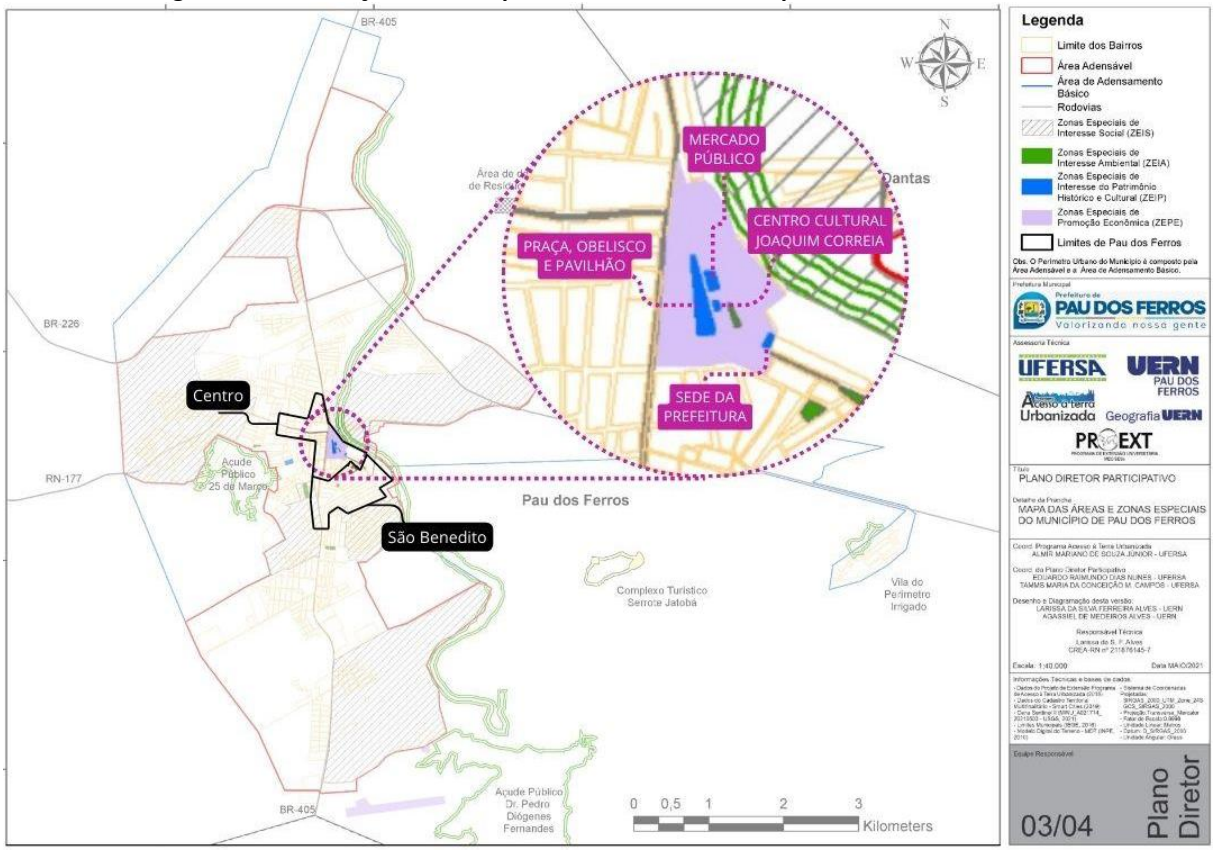
Além disso nota-se também uma visão restrita de historicidade na qual um período histórico específico é de maior relevância, como nota-se no trecho a seguir: "Os prédios e monumentos protegidos por esta lei estão intimamente ligados à materialização do povo pauferrense por serem construções do início do século XX, constituindo-se como o maior acervo arquitetônico do município de Pau dos Ferros". Seleciona-se também as edificações que melhor representam a produção arquitetônica desse período para os fins da "permanência e identidade/memória da cultura pauferrense", quase todos ligados de maneira mais forte a história política do município como a prefeitura e o obelisco, ou a instituições de prestígio como o prédio do antigo Grupo Escolar. Somente o Mercado público e posteriormente o Pavilhão, pela Lei N° 1563/2016 estariam mais atrelados a história das práticas cotidianas e populares da cidade.

[2] O Quartel da Polícia Militar não havia sido citado e nem será considerado em nossa análise por estar localizado fora do universo de estudo.

Posteriormente, em 2021, com a implementação do Plano Diretor Participativo é instituída a Zona Especial de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP), definida como: “áreas formadas por sítios e conjuntos arquitetônicos de valor e significância cultural, de relevante expressão artística, histórica, arqueológica e paisagística, que requerem preservação e reabilitação ou compatibilização com o sítio integrante do conjunto.” (Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, 2021). vale salientar que as ZEIP ainda não possuem regulamentação própria, mas o texto indica que quando elaborada ela deverá considerar: “I - a importância para a preservação da paisagem e memória arquitetônica e urbanística da cidade; II - a importância para a manutenção da identidade do bairro; III - o valor estético formal ou de uso social com a afetividade por ele criada; IV -tombamento.” (Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros, 2021).

O discurso empregando apresenta algumas nuances. Aparentemente há uma visão mais alargada do patrimônio visto que busca-se valorizar a “significância”, a “memória e a identidade” dos bairros e a “afetividade” atrelada ao uso do bem, o que traria como premissa a consideração da pluralidade de valores atribuídos. Além disso, compreende-se o sítio histórico enquanto integrante de um conjunto, em conformidade com a Carta de Petrópolis, que afirma: “Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda cidade é um organismo histórico” (1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS, 1987, p.1). Ao mesmo tempo, subentende-se que os bens devem possuir “relevante expressão artística, histórica, arqueológica,...”, e na prática, como podemos observar pela Figura 13, a ZEIP consiste exatamente na área correspondente aos bens já protegidos isoladamente, apenas com o acréscimo da Praça Monsenhor Caminha como um todo ao invés de somente o Obelisco e o Pavilhão.

Figura 13: delimitação das ZEIP pelo Plano Diretor Participativo de Pau dos Ferros.



Fonte: base da Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros (2021). Editado pelo autor.

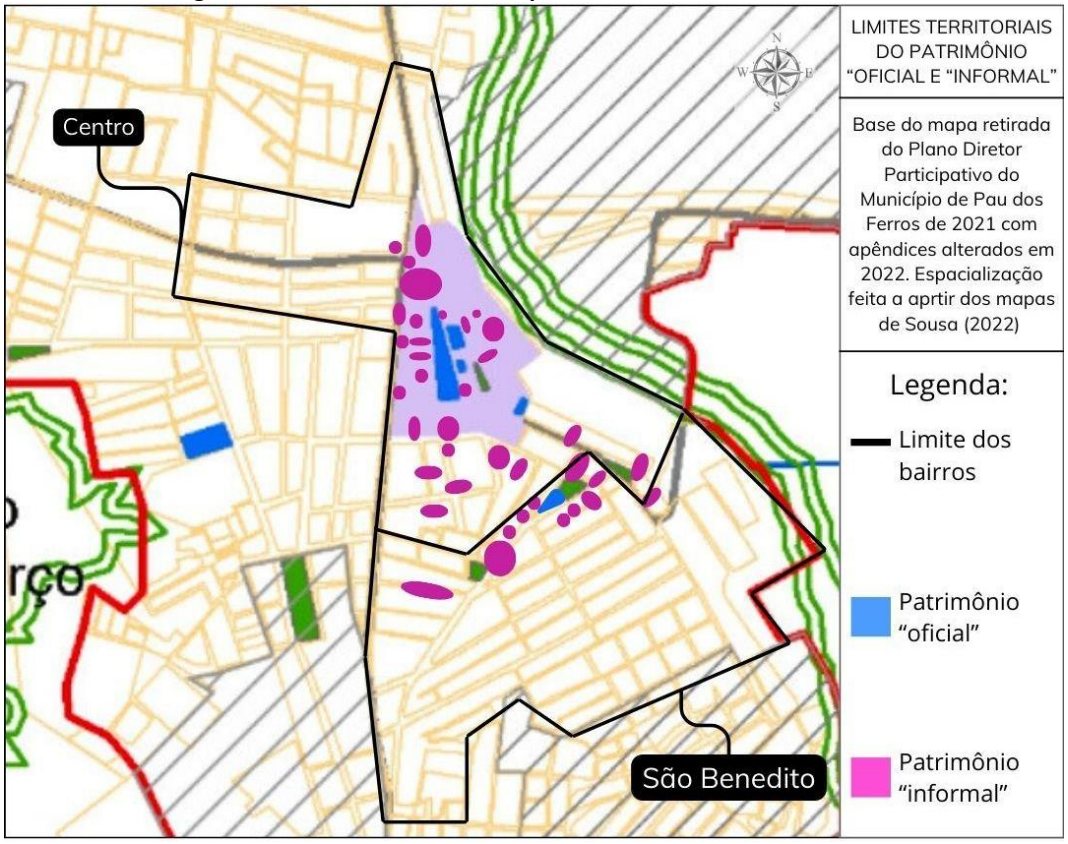
Por fim, acrescenta-se à lista de bens protegidos a Capela de São Benedito pela Lei N° 1.927/2023. Esse é o primeiro bem a ser reconhecido no bairro, o que mostra uma certa atenção aos territórios de caráter popular, entretanto não há nenhuma menção ao restante do conjunto edificado do bairro ao qual a Capela está diretamente ligada.

Podemos dizer, com base no material apresentado até o momento, que existem pelo menos duas categorias de patrimônio na cidade, um patrimônio “oficial”, determinado por uma legislação e restrito a uma pequena quantidade de bens, e um patrimônio “informal”, não enquadrado nessa lista, mas que representa o “fazer cultural” da cidade tanto quanto os bens anteriormente citados. Buscando responder a questão deste artigo faremos agora alguns apontamentos importantes acerca dessas categorias propostas e dos bens que as compõem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Primeiramente destaca-se a seletividade de bens representantes do patrimônio “oficial” em comparação ao “informal”, o que reflete o primeiro limite para a preservação, um limite territorial, estando praticamente todos os bens concentrados em uma pequena porção do Bairro Centro, sem se considerar o conjunto de seu entorno. Buscamos ilustrar esse limite na Figura 14, baseada no material de Sousa (2022), na qual as manchas em rosa representam a extensão territorial do patrimônio “informal”, muito maior se comparada ao “oficial” representado em azul. Salientamos que o material levantado por Sousa (2022) limita-se a uma porção dos dois bairros, caso houvesse outras fontes correspondentes ao restante do território, a mancha referente ao patrimônio “informal” possivelmente poderia ser maior.

Figura 14: limites territoriais do patrimônio “oficial” e “informal”



Fonte: base da Prefeitura Municipal de Pau dos Ferros (2021). Editado pelo Autor

Há também um segundo limite pelo qual se justifica o primeiro, um limite conceitual, pois os bens selecionados para compor o patrimônio “oficial” são restritos, provavelmente, devido ao próprio conceito de patrimônio de quem determina essa escolha, e pelos parâmetros pelos

quais os bens bens se enquadram ou não como patrimônio. Como já citado, quando esses parâmetros são muito objetivos corre-se o risco de fazer uma seleção limitada (Argan, 2005), exatamente como ocorre no caso estudado.

Analisando os bens que Compõem o patrimônio "informal" nota-se uma certa predominância de uma arquitetura que não se enquadra em conceitos de excepcionalidade, estando muito mais associada ao caráter popular e ao cotidiano do local, a exemplo do casario residencial no Bairro São Benedito ou aos pontos comerciais espalhados ao redor da Praça Monsenhor Caminha e quatro bocas. Todo esse patrimônio que conta uma história do cotidiano está, do ponto de vista institucional, fora do que se considera o patrimônio cultural do Município.

Referente ao patrimônio "oficial", nota-se uma certa contradição no que se diz respeito à não inclusão dos bens de caráter popular em dois exemplos específicos: o Mercado Municipal e a Capela de São Benedito. A partir de uma visão alargada de patrimônio, não faria sentido proteger o Mercado Municipal sem que se considerasse sua ligação com todo o conjunto de valor cultural em seu entorno, que está atrelado ao mundo do trabalho e do lazer e descanso, como os pontos comerciais na região das quatro bocas, o Açougue Municipal e mesmo a feira livre.

A mesma lógica se aplicaria a Capela de São Benedito, visto que sua importância para a consolidação e desenvolvimento desse território assim como para a ambiência dele é tanta quanto a do casario, visto que a própria história do templo se mistura à história do bairro e de seus moradores.

Já a consideração da Praça Monsenhor Caminha seria justamente o ponto em que as narrativas de monumentalidade e do cotidiano entram em uma "zona de contato" nos termos de Gonçalves (2002). Ao mesmo tempo que o bem está ligado a importantes fatos históricos do município, contendo inclusive monumentos comemorativos referentes à história política local (Obelisco), ele também faz referência às "outras" histórias, a vida cotidiana.

Podemos concluir que a institucionalização de um patrimônio cultural pauferrense vem até o momento seguindo uma linha que, de modo geral, tende a excluir os bens de caráter popular,

privilegiando aqueles ligados a importantes fatos históricos e a um recorte temporal e estilístico específico. Isso não ocorre de maneira completamente rígida, visto que alguns exemplos de bens protegidos, como o Mercado Municipal, a Capela de São Benedito e a Praça Monsenhor Caminha estão também ligados à vida cotidiana. Entretanto, isso evidencia a contradição de classificá-los enquanto patrimônio sem considerar o conjunto edificado de caráter popular a eles associado.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: https://pdfcoffee.com/argan-historia-da-arte-como-historia-da-cidade-pdf-free.html. Acesso em 27 jun. 2024.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009. ISBN 978-85-7419-987-0.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio e valores I**: a via crítica de Alois Riegl. Belo Horizonte: Miguilim, 2022. ISBN 978-897921-1-6

CAVALCANTE, Manoel. **Pau dos Ferros à sombra da oiticica**. Pau dos Ferros: Offset, 2013. 140 p. ISBN 978-85-65739-49-8.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. PAU DOS FERROS E SUA DINÂMICA URBANA. In: DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz. **A cidades médias no desenvolvimento regional**: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). Orientador: Maria do Livramento M. Clementino. 2014. Tese (Doutor) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. p. 142-189.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. 3. ed. [S. l.]: EDIÇÕES 70, LDA, 1999. ISBN 978-972-44-1274-0. Disponível em: https://www.ufjf.br/lapa/files/2008/08/Alegoria-do-patrim%C3%B3nio-Fran%C3%A7ois-Choay.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: Os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lipppi. Cidade: História e desafios. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora fgv, 2002. cap. 2, p. 108-124. ISBN 85-225-0385-0.

HOLANDA, José Edmilson de. **Pau dos Ferros**: Crônicas, fatos e pessoas. Natal: Gráfica vital, 2011. 167 p. v. 2.

LIMA, Maria Luzineide de. **Memórias de Eunice (Lilia do padre)**. [S. L]: Fundação Vingt-un Rosado, 2002.

LIMA, Manoel Jácome de. Município de Pau dos Ferros ligeiros apontamentos históricos. In: Revisa comemorativa do bicentenário da paróquia de Pau dos Ferros. Natal: Sebo vermelho, 2015.p. 17 - 30.

MELO, José Fernandes de. **Nem todos calçam 40**: memórias. [S. l.]: Clima, 1990. 195 p.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: Fórum Nacional do Patrimônio Cultural , 1., 2012, Ouro Preto. Anais [...] Ouro Preto: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009. p. 25 – 41.

OLIMPIO, Monique Lessa Vieira *et al*. Memória em risco: o processo de descaracterização do Centro Histórico de Pau dos Ferros/RN. *In*: CRISTINA ANDRADE FERREIRA, Anna *et al*, (org.). **A cidade não para e a memória não padece**: a preservação patrimônial e as transformações urbanas na conteporaneidade. Pau dos Ferros: PFI, 2020. cap. 9, p. 225-250. ISBN -978-65-5917-384-6.

PAU DOS FERROS 1856 - 2006. Pau dos Ferros: Comunicação Visual Editte, v. 1, 2006. Edição Comemorativa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS. **Lei nº 1509, de 21 de outubro de 2015**. Estabelece normas para conservação e preservação das estruturas e semblantes culturais, históricos e arquitetônicos, de prédios e monumentos de Pau dos Ferros/RN. Pau dos Ferros, 21 out. 2015. Disponível em: https://paudosferros.rn.gov.br/leis.php?id=648. Acesso em: 28 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS. **Lei nº 1563, de 20 de dezembro de 2016**. Reconhece o Pavilhão Municipal , como Patrimôno histórico, cultural e imateria do município. Pau dos Ferros, 20 dez. 2016. Disponível em: https://paudosferros.rn.gov.br/leis.php?id=425. Acesso em: 28 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS. **Lei nº I927, de 20 de junho de 2023**. RECONHECE A CAPELA DE SÃO BENEDITO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E MATERIAL DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Pau dos Ferros, 20 jun. 2023. Disponível em: https://paudosferros.rn.gov.br/leis.php?id=3031. Acesso em: 28 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS. **Lei nº I927, de 20 de junho de 2023**. RECONHECE A CAPELA DE SÃO BENEDITO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E MATERIAL DO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Pau dos Ferros, 20 jun. 2023. Disponível em: https://paudosferros.rn.gov.br/leis.php?id=3031. Acesso em: 28 jun. 2023.

RÊGO, Jéssica Raquel Gurgel. Crescimento comercial de Pau dos Ferros/RN (2008-2018). In: RÊGO, Jéssica Raquel Gurgel. **Comércio varejista e dinamização comercial: O caso de Pau dos Ferros/RN**. 2019. Tcc (Graduação) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2019. Disponível em: https://pferros.uern.br/cienciaseconomicas/default.asp?item=Concluintes%202018.2. Acesso em: 15 fev. 2022.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: essência e gênese. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio e valores I: a via crítica de Alois Riegl. Belo Horizonte: Miguilim, 2022.p. I - LXI

SOUSA, Pedro Rafael Vidal de Queiroz. **As intervenções no patrimônio cultural pauferrense entre 2012 e 2022**: o que se foi, o que permanece e o que poderá continuar. 2022. 167 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoria contemporânea da restauração**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. ISBN 978-65-5858-27-0.